

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRA/SERVIÇO Nº 01/2026**

Município de Boa Vista do Incra.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.

Necessidade da Administração: Aquisição de livros didáticos e soluções educacionais integradas, com assessoria pedagógica presencial, ferramentas digitais de apoio e programa de avaliação da aprendizagem e institucional

#### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A presente contratação visa à aquisição de solução educacional integrada, composta por livros didáticos, materiais complementares, plataforma digital de aprendizagem, sistema de avaliação, formações pedagógicas e assessoria educacional, destinada aos estudantes e professores do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) da rede municipal. Trata-se de um conjunto articulado de recursos que apoia o processo de ensino e aprendizagem de forma contínua, estruturada e alinhada às diretrizes curriculares vigentes.

O diagnóstico realizado pela Secretaria Municipal de Educação evidenciou a necessidade de atualização dos materiais didáticos, de padronização das práticas pedagógicas e de fortalecimento do planejamento docente, assegurando aderência à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao currículo municipal. Verificou-se, ainda, a necessidade de qualificar as práticas pedagógicas e ampliar o suporte aos professores para reduzir desigualdades entre as escolas e promover maior equidade educacional.

Além disso, os indicadores educacionais atuais evidenciam a urgência de ações estruturadas que conduzam à melhoria dos índices de desempenho dos estudantes nas avaliações internas e externas. Tal melhoria, além de repercutir diretamente na qualidade do ensino ofertado, tem impacto significativo no recebimento e manutenção de recursos financeiros advindos de programas estaduais e federais, os quais utilizam indicadores de qualidade e desempenho como critérios de distribuição, priorização ou continuidade de repasses. Assim, o aprimoramento dos resultados educacionais contribui para ampliar a capacidade de investimento do Município em políticas educacionais.

A solução integrada proposta favorece esse avanço ao articular material didático, recursos digitais e instrumentos avaliativos, permitindo monitoramento sistemático da aprendizagem, identificação de fragilidades e adoção de intervenções pedagógicas baseadas em evidências. A oferta de formações e assessoria pedagógica especializada fortalece o desenvolvimento profissional docente, garantindo o uso adequado dos materiais, o alinhamento metodológico e a consolidação de práticas mais eficazes.

Dessa forma, a contratação é essencial para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, promover a melhoria dos resultados educacionais e assegurar impactos positivos tanto na qualidade pedagógica quanto na captação e manutenção de recursos financeiros destinados à educação municipal.

#### **2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Boa Vista do Incra, para o ano de 2026, como se vê:

- Elemento de despesa: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
- Classe/grupo: SERVIÇOS TÉCNICOS

#### **3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os bens e serviços a serem contratados possuem natureza comum, uma vez que seus padrões de qualidade são correntes no mercado e podem ser claramente especificados no edital.

O objeto contempla o fornecimento de materiais didáticos impressos e digitais destinados às etapas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, compreendendo coleções bimestrais e materiais complementares, bem como para as turmas do 6º ao 9º ano, mediante a entrega de apostilas bimestrais e materiais complementares. Inclui-se, ainda, o acesso integral à plataforma digital de ensino e avaliação, a realização de formações presenciais e remotas voltadas a professores e gestores, a oferta de assessoria pedagógica contínua e a aplicação de avaliações diagnósticas e institucionais, devendo a entrega de todos os materiais observar rigorosamente o cronograma estabelecido pela Secretaria.

A contratada deverá fornecer materiais novos, atualizados e em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular, disponibilizar equipe técnica qualificada para o acompanhamento pedagógico, assegurar o devido suporte técnico relacionado à plataforma digital e cumprir integralmente os prazos e demais condições previstas no instrumento contratual.

Para fins de habilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, será exigida a comprovação de atuação compatível com o objeto da contratação, bem como a apresentação da documentação constante nos arts. 62 e 66 da referida legislação.

O contrato terá duração de 12 meses, devendo ser obedecido o cronograma formativo disposto no item 1.

São obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

III - Determinar as providências necessárias quando a prestação de serviço do objeto não observar a forma estipulada no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

V - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

I – Prestar o serviço OU FORNECER O OBJETO de acordo com as especificações, e prazos do instrumento de contratação direta e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, a prestação do serviço em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em instrumento de contratação direta e no presente contrato.

#### HIPÓTESES DE SANÇÃO:

A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

- I - multa de 3% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução parcial do contrato.
- II - multa de 10% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução total do contrato;
- IV - Advertência ou suspensão do direito de participar em licitação do CONTRATANTE, por prazo não superior a 02(dois) anos, e ainda, declará-lo inidôneo para contratar ou transacionar com o Município.

#### RESCISÃO CONTRATUAL:

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

#### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Com base no DFD, serão atendidos **214 alunos** distribuídos da seguinte forma:

| <b>Etapa / Ano Escolar</b>          | <b>Quantidade de Alunos</b> |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| <b>1º Ano do Ensino Fundamental</b> | 38 alunos                   |
| <b>2º Ano do Ensino Fundamental</b> | 25 alunos                   |
| <b>3º Ano do Ensino Fundamental</b> | 37 alunos                   |
| <b>4º Ano do Ensino Fundamental</b> | 35 alunos                   |
| <b>5º Ano do Ensino Fundamental</b> | 26 alunos                   |
| <b>6º Ano do Ensino Fundamental</b> | 26 alunos                   |
| <b>9º Ano do Ensino Fundamental</b> | 27 alunos                   |

O material a ser fornecido contempla itens impressos, digitais, formações e avaliações conforme especificações pedagógicas constantes no DFD.

#### 5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa para fornecimento de livros didáticos e soluções educacionais integradas, incluindo assessoria pedagógica presencial, ferramentas digitais de apoio e programa de avaliação da aprendizagem e institucional.

A análise das alternativas disponíveis no mercado demonstra que tais soluções possuem caráter autoral e metodologias próprias, o que impede a padronização e a intercambialidade entre diferentes fornecedores. Cada editora detém conteúdos exclusivos, plataformas digitais vinculadas e estrutura pedagógica específica, inviabilizando a comparação objetiva entre propostas e a competição efetiva.

Verificou-se que a DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS S.A., CNPJ nº 79.065.181/0001-94, é a detentora dos direitos de comercialização da solução educacional que atende às necessidades da rede municipal, englobando materiais impressos, conteúdos digitais e assessoria pedagógica. Assim, caracteriza-se a inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, diante da inviabilidade de competição decorrente da exclusividade do objeto.

Tais referências foram obtidas por meio de pesquisas através de sites da internet e Licitacão, efetuadas com base no Decreto Municipal n.º 50/2022, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Boa Vista do Incra, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ R\$142.097,96.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 50/2022, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Boa Vista do Incra, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de livros didáticos e soluções educacionais integradas, com assessoria pedagógica presencial, ferramentas digitais de apoio e programa de avaliação da aprendizagem e institucional.

## **8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, pois os livros didáticos, recursos digitais, assessoria pedagógica e avaliações integram uma solução única e indissociável. O parcelamento comprometeria a coerência metodológica, a compatibilidade entre os componentes, a continuidade das formações e a efetividade do acompanhamento pedagógico. Trata-se de conjunto desenvolvido pela mesma detentora dos direitos autorais e tecnológicos, impossibilitando sua execução por fornecedores distintos. Assim, justifica-se a adoção de lote único, visando garantir padronização, integração e eficiência na implementação da solução educacional.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Pretende-se, com o presente processo administrativo de compra/serviço, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município, garantindo eficiência, economicidade e qualidade na solução adotada. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os possíveis fornecedores, promover a justa competição e evitar contratação com sobrepreço, preço inexequível ou qualquer forma de superfaturamento na execução contratual.

No âmbito pedagógico, busca-se aprimorar a qualidade do ensino por meio de materiais atualizados, recursos digitais integrados e assessoria especializada, fortalecendo o planejamento docente, o alinhamento curricular e o acompanhamento da aprendizagem, resultando em melhor desempenho estudantil e gestão pedagógica mais eficiente.

A contratação também deverá observar boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos públicos e para a redução dos impactos ambientais, em conformidade com as diretrizes legais e administrativas aplicáveis.

## **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

Para atuarem como fiscal e suplente de fiscal do contrato oriundo do processo de licitação, ficam designados os funcionários conforme disposto na Portaria geral de fiscais nº 439/2025.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Os bens/serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

## **12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

A contratação pode gerar impactos ambientais decorrentes da produção e distribuição dos materiais impressos, especialmente pelo consumo de papel, uso de recursos naturais e emissão de resíduos e poluentes no transporte. Tais impactos podem ser mitigados por meio de práticas sustentáveis da contratada, como uso de papel certificado, processos produtivos eficientes e oferta de recursos digitais que reduzem a necessidade de impressões adicionais.

## **13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, bem como na existência de planejamento orçamentário para subsidiar a contratação, declara-se que a aquisição da solução educacional integrada mostra-se plenamente viável, atendendo aos padrões e preços praticados no mercado.

A análise técnica, administrativa e econômica confirma a compatibilidade do objeto com as necessidades da rede municipal de ensino, sua adequação ao planejamento educacional e sua conformidade com a legislação vigente.

Diante da natureza singular dos materiais e serviços ofertados, de caráter autoral e metodológico exclusivo, resta caracterizada a inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo recomendada a continuidade do processo por meio de contratação direta da empresa detentora dos direitos e da solução integrada.

Viabilidade aprovada pelo responsável  
pela unidade demandante:

---

Rosangela Diovana do Amaral Hasan  
Secretária Municipal de Educação,  
Cultura, Desporto, Lazer e Turismo

Relator responsável pela elaboração:

---

Bárbara Janaina Mate Ribeiro  
Agente Administrativo

Boa Vista do Incra, 08 de janeiro de 2026.